

TutPrv no HABEAS CORPUS Nº 491.962 - SC (2019/0033584-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
REQUERENTE : JOÃO ALEXANDRE VARGAS
REQUERENTE : JOSE LUIS VARGAS
ADVOGADO : IANDERSON ANACLETO E OUTRO(S) - SC021275
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória incidental em *habeas corpus* requerido por **JOÃO ALEXANDRE VARGAS** e **JOSÉ LUIS VARGAS**.

Nesta petição, os requerentes pleiteiam, em síntese, a reconsideração da decisão de fl. 197-198 (e-STJ), que indeferiu os pedidos de medidas liminares.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, o requerente reitera os argumentos expostos na petição inicial deste *mandamus*, não comprovando, de plano, a mencionada ilegalidade.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator